MÉTODO 40 PONTOS 2.0

PDF de Questões

Direito de Nacionalidade

Cersoab

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direito de Nacionalidade – Gabarito Comentado

1	2	3	4	5
В	В	В	С	D
6	7	8	9	10
A	С	D	С	В

Questão 1

- A) Errado. Afirmar que Giuseppe "já possui a condição de brasileiro nato" simplesmente por ser filho de uma brasileira é incorreto sem mais informações. A CF/88, Art. 12, I, "c", estabelece que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiro, desde que qualquer dos pais esteja a serviço do Brasil ou que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira após a maioridade. Como Giuseppe não foi registrado em repartição brasileira e não há informação sobre sua mãe estar a serviço do Brasil no momento de seu nascimento, ele não se qualifica automaticamente como brasileiro nato.
- B) Certo. Esta é a alternativa correta. Segundo o Art. 12, I, "c" da CF/88, Giuseppe poderia reivindicar a nacionalidade brasileira como brasileiro nato se ele optar pela nacionalidade brasileira após residir no Brasil, cumprindo as condições estabelecidas. Essa é uma condição necessária para poder ingressar na carreira diplomática, pois, de acordo com o Art. 12, § 3°, apenas brasileiros natos podem ocupar cargos de diplomata.
- **C)** Errado. Essa alternativa é incorreta porque, embora a Constituição minimize as distinções entre natos e naturalizados, ela explicitamente reserva alguns cargos exclusivamente para brasileiros natos, incluindo a carreira diplomática. Portanto, se Giuseppe se tornasse um brasileiro naturalizado, ele não poderia ser diplomata.
- **D)** Errado. Esta alternativa está incorreta porque sugere que Giuseppe só poderia se tornar brasileiro naturalizado, o que não é necessariamente verdade. Como discutido, ele tem a possibilidade de ser reconhecido como brasileiro nato sob as condições certas. A carreira diplomática, no entanto, é restrita a brasileiros natos, conforme especificado na CF/88, o que significa que se ele não atendesse a essas condições específicas e se tornasse apenas naturalizado, ele de fato não poderia seguir carreira diplomática.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 2

- A) Errado. Essa alternativa sugere que Klaus não pode optar pela nacionalidade brasileira porque seu pai não estava a serviço do Brasil na Alemanha. Essa afirmação está parcialmente correta, mas incompleta. A CF/88, Art. 12, I, "c", estabelece que são brasileiros natos os filhos de pai ou mãe brasileiro nascidos no exterior, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira após a maioridade. O fato de Afonso não estar a serviço do Brasil não impede Klaus de optar pela nacionalidade brasileira se ele cumprir as outras condições mencionadas.
- **B)** Certo. Esta é a alternativa correta. Klaus pode ser reconhecido como brasileiro nato se ele fixar residência no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira, mesmo que não tenha sido registrado em uma repartição brasileira competente na Alemanha. Essa possibilidade está claramente prevista na CF/88, Art. 12, I, "c".
- **C)** Errado. Esta alternativa está incorreta. Afirma que Klaus só pode requerer a nacionalidade brasileira como naturalizado, o que não considera a possibilidade de ele se tornar brasileiro nato se optar pela nacionalidade brasileira após fixar residência no Brasil, como permite a Constituição.
- D) Errado. Essa alternativa introduz um requisito que não existe na legislação. A CF/88 não estipula a comunicação em língua portuguesa como condição para a obtenção da nacionalidade brasileira. Embora o conhecimento do idioma possa ser necessário para a naturalização (em certos casos de naturalização ordinária), não é uma condição especificada para que um filho de brasileiro, nascido no exterior, opte pela nacionalidade brasileira após fixar residência no Brasil.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 3

- A) Errado. Essa alternativa está incorreta porque sugere que são necessários 15 anos ininterruptos de residência para a naturalização, o que não é consistente com a CF/88. O Art. 12, II, "a", estabelece que estrangeiros de origem portuguesa precisam apenas de 1 ano de residência ininterrupta e idoneidade moral, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros em Portugal, para se naturalizarem como brasileiros. Portanto, a duração da residência exigida está equivocada nesta alternativa.
- **B) Certo.** Esta é a alternativa correta. De acordo com a CF/88, Afonso pode adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado, desde que preencha os requisitos de residência e idoneidade moral. Como naturalizado, ele pode exercer quase todos os direitos políticos, incluindo candidatar-se ao cargo de prefeito, desde que resida no Brasil por mais de 5 anos ininterruptos antes de se candidatar, conforme estabelecido no Art. 12, § 3° e Art. 14, § 3°.



- **C)** Errado. Esta alternativa é incorreta porque afirma que Afonso, mesmo após se naturalizar, não poderá alistar-se como eleitor ou exercer direitos políticos. A CF/88 especifica que, exceto para cargos muito específicos (como Presidente da República, Vice-Presidente, membros do Congresso Nacional, entre outros), brasileiros naturalizados têm direitos políticos, incluindo o direito de voto e a elegibilidade para a maioria dos cargos públicos.
- D) Errado. Esta alternativa está incorreta porque mistura incorretamente os conceitos de brasileiro nato e naturalizado. Estrangeiros de países de língua portuguesa, como Afonso, podem se naturalizar com requisitos simplificados (1 ano de residência e idoneidade moral), mas isso não os torna brasileiros natos; eles ainda são considerados naturalizados, com algumas limitações de direitos políticos conforme especificado pela CF/88.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

- A) Errado. Esta opção é incorreta. A Constituição Federal faz distinção entre brasileiros natos e naturalizados em determinadas circunstâncias, incluindo a extradição. A Constituição proíbe a extradição de brasileiros natos em qualquer circunstância e limita a extradição de naturalizados.
- B) Errado. Esta alternativa também é incorreta, mas se aproxima mais da verdade. Segundo a CF/88, o Brasil não extradita brasileiros naturalizados por crimes cometidos após a naturalização, exceto em casos específicos. O texto constitucional (Art. 5°, LI) especifica que não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, e o Art. 5°, LII, proíbe a extradição de brasileiros, seja nato ou naturalizado, mas permite a extradição do naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, em qualquer tempo.
- c) Certo. Esta é a alternativa correta e está alinhada com o Art. 5°, LII da CF/88. A Constituição permite a extradição de brasileiros naturalizados em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, mesmo que o crime tenha sido praticado após a naturalização. Como o crime de Jean foi o tráfico de drogas, ele pode ser extraditado, independentemente de ter ocorrido após sua naturalização.
- D) Errado. Esta opção é incorreta porque a Constituição não autoriza automaticamente a extradição de qualquer brasileiro por envolvimento em crime hediondo no exterior. A extradição é condicionada à situação específica do crime e à condição do indivíduo como nato ou naturalizado, além de depender dos tratados internacionais.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

- A) Errado. Esta opção é incorreta. A CF/88 permite que filhos de brasileiros nascidos no exterior possam ser brasileiros natos, mesmo que seus pais não estivessem a serviço do Brasil no momento do nascimento. A exigência de estar a serviço do Brasil se aplica apenas se o registro não for feito em repartição brasileira e não houver opção pela nacionalidade após a maioridade.
- **B)** Errado. Esta alternativa também é incorreta. Embora Luca já seja maior de idade, a CF/88 permite que ele opte pela nacionalidade brasileira após a maioridade, desde que venha a residir no Brasil. A maioridade por si só não impede a opção pela nacionalidade brasileira.
- **C)** Errado. Esta opção é incorreta porque, se Luca optar pela nacionalidade brasileira após cumprir as condições (residência no Brasil e formalização da opção pela nacionalidade), ele será considerado brasileiro nato, conforme estabelece o Art. 12, I, "c" da CF/88. A nacionalidade brasileira obtida dessa forma não o torna naturalizado, mas sim nato.
- **D) Certo.** Esta é a alternativa correta. Conforme o Art. 12, I, "c" da CF/88, Luca pode ser reconhecido como brasileiro nato se ele fixar residência no Brasil e optar formalmente pela nacionalidade brasileira após a maioridade. Isso envolve o estabelecimento legal de residência e um processo administrativo ou judicial para formalizar a opção pela nacionalidade.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

- A) Certo. Esta alternativa está correta. Wilson, apesar de filho de brasileiros e nascido nos Estados Unidos, necessita formalizar sua nacionalidade brasileira nata através de registro em repartição brasileira competente ou por meio de uma declaração de opção pela nacionalidade, conforme Art. 12, I, "c", caso não tenha sido registrado por seus pais em repartição brasileira no exterior. A idade mínima para concorrer ao cargo de governador é de 30 anos, conforme Art. 14, § 3°, VI, "b", da CF/88, idade que Wilson terá alcançado na data da eleição.
- **B)** Errado. Esta é incorreta porque presume automaticamente que Wilson é brasileiro nato sem considerar a necessidade de registro ou formalização da opção pela nacionalidade brasileira. A simples condição de ser filho de brasileiros não garante automaticamente a nacionalidade sem o devido processo legal, especialmente se ele nasceu no exterior e não foi registrado em repartição brasileira.



- **C) Errado.** Esta opção está incorreta porque a idade não é um problema para Wilson. Ele terá a idade exigida de 30 anos na data da eleição para governador, conforme a Constituição.
- **D) Errado.** Esta alternativa também é incorreta. Wilson não precisa adquirir o status de brasileiro naturalizado; ele tem direito à nacionalidade brasileira nata, por ser filho de pais brasileiros, desde que formalize essa condição conforme previsto na legislação.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

- **A) Errado.** Alessandro não pode ser indicado para compor o quadro de ministros do Supremo Tribunal Federal. O Art. 101 da CF/88 estipula que os ministros do STF devem ser brasileiros natos, portanto, esta alternativa é inválida.
- **B)** Errado. Esta alternativa também é incorreta porque, embora brasileiros naturalizados possam se eleger e servir como deputados federais, a presidência da Câmara dos Deputados é reservada para brasileiros natos, conforme interpretação do Art. 12, § 3°, combinado com o Art. 57, § 5° da CF/88.
- c) Certo. Esta é a alternativa correta. Alessandro, como brasileiro naturalizado, pode se eleger e servir como senador, bem como pode liderar seu partido na Casa. No entanto, ele não pode presidir o Senado Federal, pois, assim como a presidência da Câmara dos Deputados, a presidência do Senado também é restrita a brasileiros natos.
- **D)** Errado. Enquanto brasileiro naturalizado, Alessandro pode, de fato, ser nomeado para assumir um ministério do governo, uma vez que não há restrições constitucionais que impeçam brasileiros naturalizados de exercer tais cargos. Portanto, esta alternativa também seria possível e é amplamente viável na prática, embora não seja a resposta correta de acordo com o gabarito fornecido.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

- A) Errado. Juan, cidadão espanhol casado com uma brasileira e residente em Barcelona, não cumpre os requisitos de residência no Brasil necessários para a naturalização. A CF/88 exige que, para a naturalização, o estrangeiro resida por um período contínuo no país, o que não é o caso de Juan.
- **B)** Errado. Anderson, cidadão português, domiciliado no Brasil há apenas 36 dias, não cumpre o requisito de tempo mínimo de residência. Mesmo para cidadãos de países



de língua portuguesa, como Portugal, onde há previsão de facilitação, é necessário pelo menos 1 ano de residência ininterrupta, além de idoneidade moral.

- **C)** Errado. Louis, cidadão francês, residente em Brasília há 14 anos, encontra-se em liberdade condicional após condenação por crime grave. De acordo com a CF/88, é necessário demonstrar idoneidade moral para a naturalização, e a condenação por um crime como a exploração sexual de vulnerável prejudicaria significativamente sua solicitação
- **D) Certo.** Maria, cidadã russa, residente e domiciliada no Brasil há 20 anos (desde os 25 anos de idade), foi processada por injúria, mas foi absolvida com sentença transitada em julgado. O fato de ela ter sido absolvida elimina quaisquer impedimentos legais à sua idoneidade moral com relação a esse processo. Além disso, ela cumpre com folga o requisito de tempo de residência ininterrupta no Brasil, que é de 15 anos para cidadãos não oriundos de países de língua portuguesa.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 9

- **A) Errado.** Esta opção é incorreta. Segundo a CF/88, Art. 12, §3, brasileiros naturalizados podem se candidatar e ser eleitos deputados federais. O cargo não é privativo de brasileiros natos.
- **B)** Errado. Esta alternativa também é incorreta. Na verdade, a carreira diplomática é um dos cargos que a CF/88 reserva exclusivamente para brasileiros natos, conforme Art. 12, §3. Portanto, João, como brasileiro naturalizado, não pode ingressar na carreira diplomática.
- **c)** Certo. Esta é a alternativa correta. João, como brasileiro naturalizado, pode se candidatar e ser eleito deputado federal. No entanto, a presidência da Câmara dos Deputados é um dos cargos que a CF/88 específica como sendo reservado para brasileiros natos, conforme Art. 12, §3, item I.
- **D)** Errado. Esta alternativa é incorreta. Brasileiros naturalizados também podem se candidatar e ser eleitos como senadores, assim como para deputados federais. Não há restrição que permita a João candidatar-se a senador, mas não a deputado federal.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 10

- A) Errado. A CF/88 explicita que apenas brasileiros natos podem ser ministros do Supremo Tribunal Federal (Art. 101). No entanto, para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Constituição não faz tal exigência, o que torna esta opção parcialmente correta e, portanto, insuficiente como resposta completa.
- **B)** Certo. O Art. 12, §3 da CF/88 especifica que apenas brasileiros natos podem ocupar cargos no quadro permanente do Itamaraty, que inclui a carreira diplomática. Assim, esta opção está totalmente alinhada com a restrição constitucional.
- **C) Errado.** Não há uma restrição constitucional que impeça um brasileiro naturalizado de exercer o cargo de Ministro da Justiça. Portanto, esta opção é incorreta.
- **D) Errado.** A CF/88 permite que tanto brasileiros natos quanto naturalizados sejam eleitos senadores, desde que os naturalizados tenham residido no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos e sejam maiores de 35 anos (Art. 12, II, a; Art. 14, §3°, VI, b). Logo, esta alternativa também é incorreta.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca